

MIGRAÇÃO, GÊNERO E EMPODERAMENTO DAS MIGRANTES NA PAN-AMAZÔNIA¹

Introdução

O presente ensaio aborda o processo de (re) significação dos códigos culturais e da identidade de gênero de mulheres migrantes que transitam entre fronteiras nacionais e culturais do Brasil-Venezuela e Guiana. Para tanto, partimos do reconhecimento da validade dos estudos que têm apontado para o significativo aumento dos fenômenos da “feminização da pobreza” e da “feminização da migração”. Nesse sentido, os dados fornecidos pela Organização das Nações Unidas apontam para o fato de que 70% dos pobres de todo o mundo são mulheres e que estas, por sua vez, têm despontado nos cenários da migração interna (nacional) e externa (internacional) na condição de sujeitos autônomos em busca de melhores condições de vida para si e para seus filhos.

É sabido, todavia, que a migração há muito tempo tem se configurado como um problema para os países receptores de imigrantes já que, na maioria dos casos, os imigrantes são pessoas com baixa qualificação profissional, quando não mesmo sem nenhuma qualificação. Por esses e outros inúmeros motivos é que os imigrantes são vistos como os responsáveis pelos gastos públicos e sociais para a economia dos países ricos e industrializados como EUA e Europa, que são os principais países de

1 Este texto condensa alguns resultados do projeto da linha de pesquisa Migração, cultura e identidade do Grupo de Estudo Interdisciplinar sobre Fronteiras - GEIFRON/ UFRR e contou com a participação das alunas Carla Host e Alessandra Rufino. Um dos produtos desta pesquisa foi a monografia de Carla Regina Host, intitulada: Tecendo Vidas, Contando Histórias: Mulheres Guianenses Imigrantes em Boa Vista-RR.

* Doutora em Ciências Sociais, professora na UFRR e coordenadora do GEIFRON - Grupo de Estudo Interdisciplinar sobre Fronteiras. Email: francerodrigues@yahoo.com.br.

**Especialista em Historia Regional, mestranda em Antropologia Social pela UFPE/MINTER/UFRR e membro do GEIFRON. Email: ianasvasconcelos@yahoo.com.br

destinos dos imigrantes sulamericanos. Esse estado de coisas contrasta com o fato de que os migrantes também são vistos como aqueles que sustentam a economia desses países, realizando os trabalhos braçais e de baixa remuneração que os nacionais se recusam a fazer.

Ao reconstituir-se a história dos movimentos humanos é possível afirmar que os mesmos sempre causaram grandes mudanças na formação sócio-histórica dos povos dos diferentes continentes. O Fórum Mundial das Migrações, realizado em Porto Alegre em 2003, afirmou que “os migrantes são profetas de mudanças”. Segundo o relatório da Organização Mundial emigraram anualmente para países desenvolvidos. A OIM (2008) avalia que, entre 2005 e 2010, este número se elevará para 2,5 milhões por ano. A projeção é que até 2050, 2,3 milhões de indivíduos migrarão anualmente para países industrializados. Segundo os cálculos da Organização em seu último relatório havia mais de 200 milhões de migrantes no mundo, ou seja, duas vezes e meia a mais do que 1965.

Os estudos migratórios vêm apresentando novas tendências dos movimentos humanos, principalmente no que diz respeito aos sul-americanos. Observa-se um crescimento do movimento intra-regional, principalmente das migrações entre os países de fronteira, possibilitado pela proximidade das cidades fronteiriças e pelo baixo custo deste tipo de mobilidade. A migração internacional, por outro lado, faz parte da história dos países Ibero-americanos. No início, os deslocamentos estavam muito ligados à questão do povoamento e desenvolvimento dos países Ibero-americanos, ou seja, a migração acontecia do continente europeu para o americano. Na segunda metade do século XIX e início do século XX foi o período em que os países da América Latina e Caribe receberam o maior número de imigrantes oriundos da Espanha, Portugal e Itália, os quais imigraram predominantemente para a Argentina, Brasil e Uruguai. Estima-se que nos anos 1970, desembarcam aproximadamente 21 milhões de imigrantes ultramarinos na América (BAENINGER, 2002).

Essas pessoas migravam com o objetivo primeiro de suprir a carência de mão-de-obra nas lavouras de países como o Brasil, por exemplo, que, de 1880 a 1903, recebeu o primeiro grande contingente de europeus, totalizando mais de 1.850.985 de pessoas. O segundo maior movimento da imigração européia para o Brasil foi registrado nos anos de 1904 a 1930, período em que a Europa vivia a primeira grande guerra mundial. Na época, foi contabilizada a entrada de 2.142.781 imigrantes portugueses, polacos, russos e japoneses (LEVY, 1973). O terceiro movimento ocorreu durante os anos de 1940, no período da segunda guerra mundial.

A partir da década de 1950, a América Latina e o Caribe começaram o processo de emigração, processo este que, nos dias de hoje, constitui um fenômeno de grande dimensão. O número de emigrantes latino-americanos e caribenhos cresceu consideravelmente nos últimos anos, chegando a pouco mais de 21 milhões de pessoas em 2000 e a quase 26 milhões em 2005 (CEPAL, 2005).

A década de 1970 destacou-se pelo aumento significativo de migrantes internacionais e intra-regionais entre os países ibero-americanos. Com relação à migração intra-regional, pode-se dizer que os países tradicionalmente tidos como receptores desses imigrantes são a Argentina, Costa Rica e República Bolivariana de Venezuela. No entanto, é a partir dos anos 1990, que essa migração toma uma projeção mais significativa, sobretudo, entre países fronteiriços. Os novos acordos para a formação do MERCOSUL e da Comunidade Andina favoreceram tal mobilidade dentro dos limites desses países. A fronteira internacional do Amapá com a Guiana Francesa é um exemplo desse movimento. Nessa zona fronteiriça os brasileiros frequentemente adentram a Guiana Francesa em busca de trabalho e melhores condições de vida. Essa migração teve início na década de 1960, devido ao auge da construção das instalações da cidade de Kourou¹ e intensificou-se nos anos 1990, de forma que a saída de nortistas brasileiros para cidade de Caiena tornou-se uma opção para milhares de trabalhadores desempregados (PINTO, 2008).

Se tivesse bola de cristal, talvez o governo francês tivesse pensado melhor antes de descontratar quase mil brasileiros que serviram de mão-de-obra barata para a construção da base espacial europeia de Kourou, no norte da Guiana Francesa. Foi aí, em 1964, que começou a história de amor e ódio entre a Guiana Francesa e os compatriotas de seu país vizinho. Depois de Kourou, começou a correr no Pará, Maranhão, Amazonas e Amapá a notícia de que trabalhar na Guiana era a salvação para o desemprego e a baixa renda salarial que maltratava os trabalhadores no Brasil (ALMEIDA, Apud PINTO, 2008.p.3).

Outros autores também atestam o mesmo movimento:

Foi aqui nos anos de 1964-1965, na ocasião do início dos canteiros do Centro Espacial Guianês em Kourou, que foi verdadeiramente deslanchada a imigração organizada (com brasileiros, mas igualmente colombianos). Paralelamente, uma imigração espontânea principiava: a maior parte dos brasileiros entrava ilegalmente sobre o território e poucos regularizaram sua situação. O elemento atrativo principal era o salário, elevado em comparação com o de seu país de origem. (AROUCK, 2002.p.3).

Segundo Pinto (2008), paraenses, maranhenses, amazonenses e amapaenses são os que mais atravessam essa fronteira, encantados pela moeda forte daquele país. Atividades braçais que no Brasil renderiam 300 ou 400 reais, em Caiena giram em

1 Cidade localizada a 78 km a noroeste de Caiena, perto da base de lançamento de foguetes.

torno de 1000 euros. Na perspectiva de gênero, o autor afirma ser comum que os homens emigrem primeiro e depois retornem para buscar toda a família. Nesta migração as mulheres aparecem ainda como acompanhantes de seus esposos e companheiros, pois não foi encontrado nenhum registro ou menção de migração por projetos idealizados por mulheres nessa fronteira.

Outro exemplo de espaço fronteiriço e de migração de fronteira diz respeito aos brasileiros que se deslocam para o Suriname, país que tem uma população de aproximadamente 480 mil habitantes e é constituído de diversas expressões étnicas. Em razão dessa diferença é que a população da cidade de Paramaribo apresenta profundas diferenças culturais. Os brasileiros estão concentrados na região norte da cidade, denominado de Klein Belém, local que concentra o maior número de habitantes e o comércio de brasileiros. A maior parcela de emigrantes brasileiros em Paramaribo é constituída por garimpeiros e pela atividade de tráfico de mulheres para fins de exploração sexual, o que causa uma impressão negativa dos brasileiros em Paramaribo, retratados de forma pejorativa nos meios de comunicação local. (HÖFS, 2006).

Todavia, a nova tendência do movimento migratório intra-regional e fronteiriço é a significativa presença feminina nesses deslocamentos, apesar de ainda estarem ligadas de forma predominante às redes familiares. Dito de outra forma, as mulheres ainda deslocam-se para encontrar-se com seus companheiros e familiares, já migrados de seus países de origem. Mas dados estatísticos já apontam mudanças nesse movimento, haja vista que, cada vez mais, mulheres emigram sozinhas com objetivos próprios e independentes, tanto no cenário mundial quanto no da América Latina. É tão significativa essa mudança que hoje chega-se ao ponto de se falar de uma “feminização” dos deslocamentos populacionais.

Dados da ONU (2005) revelam que cerca de metade dos imigrantes internacionais em todo o mundo são mulheres, ou seja, aproximadamente 95 milhões. Na América Latina, até os anos 1960, as mulheres não passavam de 44%. Atualmente, representam 50,2% do total. No cenário migratório internacional, até pouco tempo, o termo “migrante” era usado com a conotação apenas referente ao gênero masculino, o que negligenciou por muito tempo a contribuição das mulheres na economia, na política e na vida social nos países receptores de imigrantes (PESSAR, 1986).

Nesse novo cenário, o crescimento da migração feminina tem contribuído para chamar a atenção para a importância e contribuição das mulheres, tanto para a economia dos países de destino quanto para os de origem. Segundo dados da ONU (2005), os fundos enviados pelos migrantes para os seus países de origem foram de aproximadamente 232 mil milhões de dólares, cabendo 167 mil milhões de dólares

do total aos países em desenvolvimento. No caso do Brasil, o caso mais singular é o da cidade mineira de Governador Valadares, que possui aproximadamente 260 mil habitantes e, desse total, cerca de 15% encontra-se fora do país, cujo destino é o Estados Unidos. Vale ressaltar, que desse total grande parte é constituída de mulheres. Essa migração teve origem na década de 1940 e 1950, desencadeada pelo contato com a moeda americana, devido à instalação de empresas norte americana na cidade. Hoje, a economia do município sustenta-se basicamente do funcionalismo público e das remessas enviadas por parentes imigrantes dos valadarenses que se encontram nos EUA (REIS, 2008).

Assim como em Governador Valadares, no Sri Lanka a maior parte das remessas é enviada por mulheres. Em 1999, as mulheres contribuíram com mais de 625 do total dos mais de mil milhões de dólares do fundo migrante desse país. Nas Filipinas, nos anos 1990, um terço do valor transferido coube às mulheres. Um estudo das Nações Unidas demonstra que isso ocorre a despeito dos salários das mulheres serem inferiores aos dos homens, inclusive em todo o mundo. São elas que destinam aproximadamente 72% do total de seus ganhos aos seus familiares que ficaram nos país de origem. Segundo Buscarón (2005), esses rendimentos são designados à alimentação, educação e saúde. Essas remessas são essenciais na melhoria das condições de vida dos familiares que ficaram no país de origem.

Outra característica dessa migração está relacionada com a concentração desses imigrantes nas zonas urbanas, o que ocorre, talvez, em razão do aumento da migração de trabalhadores com qualificação profissional nessas regiões. Outro traço que se destaca nessa migração feminina é a inserção segmentada no mercado de trabalho, uma vez que, no caso das mulheres é muito mais acessível a alocação em serviços similares às tarefas domésticas. As trabalhadoras imigrantes estão empregadas nas profissões com menores remunerações ou ocupam cargos inferiores a dos homens, também imigrantes. O serviço doméstico constitui uma das oportunidades mais frequentes de emprego para as migrantes. No caso da migração de mulheres latino-americana mais de 27% estão empregadas no serviço doméstico. Dentre as nacionalidades que representam mais de 25% desse contingente estão, primeiramente, as colombianas, seguidas, de guatemaltecas, nicaragüenses, paraguaias e peruanas (CEPAL, 2005).

Essas trabalhadoras imigrantes estão inseridas no mercado secundário, que no caso, são aqueles que não exigem qualificação profissional e oferecem os menores salários e apresentam pouca ou nenhuma mobilidade (CARDOSO, 2002). Devido a essas condições, elas vivem submetidas a uma jornada de trabalho quase sempre

excessiva e extenuante, sem salário definido, sem direito a folga, privacidade ou acesso a cuidados médicos, ao mesmo tempo em que são submetidas a abusos físicos e psicológicos. Essas trabalhadoras não têm acesso aos direitos trabalhistas ou a quaisquer benefícios.

Considerando o cenário acima descrito é que podemos adiantar, desde já, que, se a migração é capaz de proporcionar, por um lado, a obtenção de trabalho e de oportunizar, por conseguinte, uma vida melhor para as mulheres, por outro, as expõe a uma grave situação de vulnerabilidade e de exploração de toda ordem.

Segundo dados da ONU (2005), apenas dezenove países dispõem de leis e/ou regulamento que tratam especificamente do trabalho doméstico. E quando se é migrante, o cumprimento das leis torna-se mais difícil, haja vista que, na maioria das vezes, esse grupo é composto por pessoas com pouca instrução e que, por não conhecerem seus direitos, não procuram ajuda por estarem irregulares e/ou por sua condição de estrangeiros os deixarem em uma situação de vulnerabilidade social e pessoal.

Eis as condições propícias para que empregadores se aproveitem dessa condição para obterem mão-de-obra barata, deixando o migrante em situação de risco social. Segundo dados da CEPAL, divulgados na IX Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e do Caribe, 46% das mulheres latino-americanas maiores de 15 anos não têm renda própria, enquanto somente um entre cada cinco homens, ou seja, 21% está na mesma situação. A consequência lógica desse estado de coisas é o fato de que a renda per capita dos lares comandados por mulheres é menor do que a dos lares encabeçados por um homem. Outros dados do mesmo estudo apontam que 48% das mulheres entre 20 e 24 anos de idade estão inativas; 28,1% das mulheres entre 20 e 24 anos de idade são donas de casa ou empregadas domésticas; 12,6% das mulheres entre 20 e 24 anos de idade estão desempregadas, o que perfaz uma média maior que entre os homens. Também digno de nota é o fato de que na América Latina o risco de a mulher morrer por causas vinculadas à gravidez ou parto é 14 vezes maior que dos países desenvolvidos. (SPRANDEL, 2007)

Esses dados acima elencados corroboram o fato de que a pobreza atinge, principalmente, as mulheres e, dentre elas, podemos adiantar, as mais atingidas são indígenas e negras. O quadro de crise das economias nacionais e o agravamento das condições de vida têm forçado um número significativo de mulheres a se deslocarem sozinhas, deixando os filhos com os parentes e só retornando em feriados para revê-los.

Segundo Costa (1998), isso tem um impacto na configuração social familiar e na articulação dos inúmeros papéis dessas mulheres. Elas emigram por diversas razões, mas principalmente para inserirem-se no mercado de trabalho e, assim, buscarem sua independência econômica e autonomia de gênero, ou seja, o seu “empoderamento”, o que significa tomar o controle de seus próprios assuntos, de sua própria vida, de seu destino. Para essas mulheres, sair do seu país de origem em busca de espaço no mercado de trabalho possibilita não apenas a emancipação econômica, mas também o acesso a uma qualidade de vida e mudança na relação de opressão e discriminação que limitam a sua liberdade e suas potencialidades.

Migração intra-regional e transfronteiriça

Desde o início dos anos 1990, tem-se observado nos países latino-americanos o aumento considerável da migração intra-regional e transfronteiriça. As cidades fronteiriças tornam-se cada vez mais viáveis, uma vez que o custo dessa migração é relativamente baixo, devido à proximidade e à facilidade de acesso terrestre. Outro fator que contribui para o aumento desse fenômeno social diz respeito ao intercâmbio de moedas, que favorecem alguns países e apresentam amplo poder de compra em áreas fronteiriças.

Desse modo, o fator econômico, o desemprego e os baixos salários determinam, em certa medida, os fluxos migratórios e cooperam com alternativa de migrar para outro país. E assim ocorre, sobretudo, quando o que se ganha no país de origem não é suficiente para a manutenção familiar entendida não apenas como sobrevivência, mas, como a aquisição de bens, tais como casa própria, transporte e bens de consumo e, também, com acesso a serviços de saúde, transporte e saneamento básico. Outros fatores que estimulam novas migrações são as condições insuficientes ou inadequadas de infraestrutura.

Roraima, por sua vez, apresenta-se como um lugar de trânsito e de permanência dos migrantes sul-americanos e fronteiriços. Na tríplice fronteira Brasil/Venezuela/Guiana o fluxo migratório é intenso e faz parte do dia a dia das pessoas que vivem tanto nas cidades fronteiriças como em Boa Vista. De forma que o trânsito de pessoas e mercadorias nas fronteiras do Brasil com a Venezuela e com a Guiana é uma constante e tem-se intensificado nos últimos anos.

Roraima também se configura como um estado de migração interna. Na cidade de Boa Vista há concentração de um número significativo de imigrantes nacionais, majoritariamente maranhenses, seguido dos paraenses e demais nordestinos. Os imigrantes provenientes do Sul e Sudeste do Brasil estão, predominantemente, no

serviço público setor que absorve a maioria absoluta dos trabalhadores assalariados e nos cargos mais altos, como de juízes, promotores e outros cargos políticos. Essa estratificação no mercado de trabalho local reflete-se nas relações sociais dos que vivem em Boa Vista, acarretando certa marginalização, principalmente dos maranhenses, que compõem o grupo dos mais desfavorecido economicamente, muitas vezes vítimas de preconceito pela população local e responsabilizados pelo “atraso” do estado, enquanto os migrantes vindos do sul e sudeste são, contrastivamente, responsabilizados pelo desenvolvimento do estado.

A imigração de internacionais é mais significativa a de imigrantes intra-regionais e fronteiriços. Assim, apesar da imigração guianense para o estado ter se iniciado desde os anos 1960, é a partir dos anos 1990 que essa imigração ganha força; a corroborar esse cenário, devemos acrescentar outras imigrações mais recentes, como a de colombianos, bolivianos e peruanos. Já nos anos 2000, o deslocamento para a transfronteira Brasil-Venezuela-Guiana de imigrantes intra-regionais e fronteiriços tornou-se uma constante no estado. E, apesar de os dados oficiais subestimarem a realidade migratória, uma vez que a maioria vive em situação de clandestinidade e ilegalidade, apresentam uma tendência de crescimento.

Na fronteira Pacaraima, estado de Roraima (Brasil) e Santa Elena do Uairén, estado Bolívar (Venezuela) o processo migratório é histórico e teve início nos anos de 1970. Segundo Rodrigues (2009) a emigração de brasileiros para a Venezuela é mais significativa do que de venezuelanos para Roraima. Ainda segundo, Rodrigues (2006; 2008; 2009) esse processo se deu em três fases distintas: a *primeira* deu-se no final da década de 1970, a partir do declínio do garimpo em Roraima e da estabilidade econômica na Venezuela. Esses imigrantes estabeleceram-se principalmente na cidade fronteiriça de Santa Helena do Uairén, cidade de apoio e porta de entrada no país vizinho, mas, também em Ciudad Bolívar, capital do estado Bolívar e em Maturin. Esses brasileiros inseriam-se prioritariamente no comércio vinculado à mineração. A *segunda* fase teve início e perdurou por toda a década de 1990 e esteve associada ao declínio da garimpagem em Roraima. Um dos motivos desse declínio foi a demarcação das Terras indígenas Yanomami, em 1991 e a retirada dos garimpeiros pela Polícia Federal (RODRIGUES, 1996; 2009). As restrições e fiscalizações nos garimpos em Terras indígenas serviram de estopim para o aumento considerável de garimpeiros brasileiros na Venezuela nessa época. A *terceira* fase migratória de brasileiros para a Venezuela teve início na década de 2000 e apresenta novas características, dentre elas a migração de retorno. Muitos brasileiros atravessam a fronteira diariamente para trabalharem no comércio e retornam para Pacaraima no final do

dia, outros atuam no contrabando de combustível, que passou a ser uma forma de sobrevivência de muitas famílias fronteiriças e boa-vistenses.

Historicamente, o fluxo na fronteira Brasil-Guiana tem-se efetivado desde o século XIX. Um dos momentos deste deslocamento populacional nesta fronteira ocorreu nos anos de 1820, 1838, 1902 e 1922 em que ocorreu o reconhecimento do direito consuetudinário das terras indígenas na Guiana, contrastando com o caso do Brasil, da época, cujo projeto de fronteira da região do rio Branco sofria uma inflexão radical (SANTILLI, 1994). Segundo Santilli (1994) outro momento do trânsito populacional na fronteira Brasil-Guiana ocorreu no início do século XX, no processo de colonização e recrutamento de mão-de-obra forçada de indígenas brasileiros para o trabalho de extrativismo vegetal e, mais tarde, para o garimpo e a pecuária. Ao final de 1920, ocorreram vários movimentos migratórios de indígenas do Brasil para a Guiana motivados pela fuga dos atos violentos de fazendeiros brasileiros contra os povos indígenas, da invasão de terras brasileiras por pecuaristas e alguns garimpeiros nos anos de 1920 a 1930 (BAINES, 2004). Outro fator de motivação da emigração de brasileiros para a Guiana foram os serviços de educação e saúde, oferecidos pela então colônia inglesa. Esse processo de deslocamento transfronteiriço inverte-se depois da Independência da Guiana, em 1966.

Nos dias atuais, a presença dos guianenses em Boa Vista é significativa, embora os deslocamentos de wapixana e macuxi entre as fronteiras desde os tempos coloniais fossem constantes, com a independência da República Cooperativa da Guiana e a crise que se estabeleceu no país resultando nos conflitos étnicos entre os afro-guianenses e indo-guianenses ocorreu um grande fluxo migratório nesta transfronteira. Outro movimento de imigrantes guianenses para Roraima ocorreu durante todo o ano de 1990, em decorrência da crise econômica do país. Já nos anos 2000, essa migração tornou-se uma constata, formando o grupo mais numeroso e integrado de imigrantes internacionais na cidade de Boa Vista. Esse fluxo populacional foi favorecido pela crise econômica na Guiana e, portanto, os imigrantes guianenses visualizavam oportunidades de empregos e trabalho na informalidade, mas também pela rede de serviços sociais, sobretudo, educação e saúde mais estruturados e acessíveis que na Guiana.

Gênero e empoderamento na transfronteira Brasil/Venezuela/Guiana.

Na migração transfronteiriça as mulheres têm se tornado figuras constantes, mesmo que ainda em menor proporção que a masculina. É notável o caso de mulheres guianenses que imigram para Boa Vista sem a presença de companheiros ou

de familiares, sendo elas mesmas as gestoras de seu projeto migratório. Elas tomam essa decisão, sobretudo, pensando na família e em si mesmas, munidas do desejo de uma vida melhor. Assim, Boa Vista, aparece em seu imaginário como o lugar dos sonhos. Essa construção se deve, principalmente, aos relatos dos que já imigraram e que, ao retornarem, falam de Boa Vista com entusiasmo e esperança. O relato de uma guianense demonstra esse aspecto:

Olha! Eu morava no interior de Lethem, na comunidade, tu imagina como eram as dificuldades, se em Lethem já é difícil no interior então! ...meu irmão e nosso tio já moravam aqui [Boa Vista] há algum tempo, às vezes eles iam até a comunidade, não era sempre, mas quando podiam eles iam lá deixar um dinheiro para nossa mãe ou pra passear... Eles sempre falavam muito bem de Boa Vista. Isso fazia com que eu tivesse vontade de vir também, mas, quando eu engravidei vi que não teria mais como continuar na Guiana, não teria como criar meu filho. Lá [Guiana] não tem empregos como aqui. [Boa Vista]. (mulher, guianense, 25 anos).

Porém, o que parece ser uma boa oportunidade nem sempre se confirma ao chegar a Roraima, uma vez que as imigrantes oriundas da Guiana encontram-se, em geral, trabalhando nos serviços informais como vendedora nas feiras públicas do Produtor e do Passarão, nos camelódromos e, ainda, no trabalho doméstico, como diaristas ou babás. Ademais, grande parte das que imigram vivem em condições precárias, recebem baixa remuneração e sem acesso a qualquer direito trabalhista ou seguridade social. As próprias guianenses expressam essa situação de exploração, tal qual se pode depreender do relato que segue:

Agora arrumei um emprego de caixa de um supermercado pequeno aqui perto mesmos. O único problema é que eles não querem assinar minha carteira, não sei por quê? Já fui à Polícia Federal e falei que era guianense e fiz tudo que eles pediram, já tenho todos os documentos brasileiros, até a carteira. Vou falar com eles de novo essa semana. (mulher, guianense, 32 anos).

Essa situação de trabalhos precários e de violação dos direitos humanos é aceita pelas imigrantes, por falta de informação e, às vezes, por medo de serem expulsas do País, uma vez que, as mesmas, quase sempre estão irregulares. Essa situação faz parte da vida de muitos imigrantes internacionais em todo o mundo. Estima-se que existam entre 30 a 40 milhões de migrantes vivendo como *indocumentados*.² A realidade das imigrantes que sobrevivem do emprego doméstico é bem diferente do que a lei determina como constatamos na narrativa a seguir:

Quando vim pra Boa Vista, fui morar na casa de uma família. Cuidava de tudo: da casa e dos dois filhos do casal. Eu ganhava a moradia e a comida. Às vezes quando eu precisava,

2 NAÇÕES UNIDAS. United Nations trends in total migrant stock: the 2003 Revision.

eles me davam algum dinheiro mais não era sempre. Depois que saí de lá, fui morar em outra casa e melhorou um pouco, passei a ganhar R\$150,00, e comida e dormida. (mulher, guianense, 29 anos).

É por essa e por outras similares que a terra dos sonhos produzida no imaginário das imigrantes torna-se uma realidade extremamente frustrante. Mesmo assim, elas preferem continuar vivendo em Boa Vista a retornar ao seu país. Alegam que lá a vida é ainda mais difícil e precária e que as condições oferecidas por suas cidades são bem piores que as encontradas aqui. Os salários são ainda mais baixos e o desemprego maior. Isso alimenta o desejo de emigrar, sobretudo, um desejo de busca contínua de melhor qualidade de vida. É isso que justifica, apesar da precariedade das condições, o movimento ininterrupto dessas pessoas.

Tal estado de coisas é corroborado por uma das entrevistadas que relatou que as chances de mudar de vida são bem superiores para aqueles que imigram para o Brasil, em relação àqueles que ficam. A narrativa de uma das entrevistadas é bem significativa para perceber a migração como alternativa de melhoria das condições de vida:

Lá [na Guiana]eu tive que sair da escola. Era muito longe e não tinha mais estudo pra mim. Lá só tinha até a 3ª. Série. Depois que chequei aqui, procurei aprender a língua de vocês, saber falar foi uma das coisas mais difíceis para mim. Mas, como meu pai é brasileiro foi um pouco mais fácil então, depois que já sabia falar um pouco o português entrei no EJA a noite e, fiz até a 8 série (mulher, guianense, 25 anos)

Da mesma forma, outra entrevistada narrou que;

Aqui eles pagam melhor, sei disso por que quando ainda morava em Lethem trabalhei em uma lojinha lá e ganhava bem menos que ganho hoje trabalhando na casa dessa senhora. E eu também pergunto quanto as outras ganham e, elas também me dizem isso. Ninguém aqui quer voltar pra Guiana, não! De lá só tenho falta do meu filho, o mais velho. Ele quis ficar lá com o pai dele (mulher, guianense, 32 anos).

Como se pode perceber, as narrativas das imigrantes apontam para o fato de que a migração funciona como uma forma de obter liberdade e autonomia das repressões e amarras comunitárias e familiares, por meio da conquista de seu próprio espaço, de sua casa, de seu trabalho, de seu salário. A migração abre oportunidades antes não esperadas, não apenas quanto à qualidade de vida, mas, principalmente, quanto ao processo de “empoderamento”.

Em meio à diversidade étnico-cultural das cidades fronteiriças e da cidade de Boa Vista, formada por diversos imigrantes nacionais e internacionais, emergem lugares (TUAN; 1983) que vão se constituindo como fronteiras étnico-culturais e onde experiências migratórias são vivenciadas de forma muito particular. Muitos dos migrantes tendem a se concentrar em espaços em que ocorre identificação com um

suposto igual. Muitos desses espaços encontram-se indivíduos que são estigmatizados pela sociedade local, como é o caso dos guianenses, em parte decorrente de um histórico de migração e colonização na República Cooperativista da Guiana. Esse país expressa grandes diferenças étnicas e sua população é dividida em diferentes grupos étnicos como, europeus, indianos, africanos, chineses, mulçumanos e os nativos da região como os povos macuxi e wapixana. A múltipla formação étnica desse país misturou conflitos entre os diferentes grupos étnicos e sociais, que, muitas vezes se reproduzem fora do país. Alguns bairros em Boa Vista como o Monte das Oliveiras, Brigadeiro, 13 de Setembro são espaços que surgem do encontro da diversidade étnica e representa o palco das reformulações das relações econômicas, políticas e culturais dos indivíduos que vivem ali e que, mesmo distantes de suas origens, conservam elementos identitários como referência para manterem vínculos entre si e, assim, reforçarem a identidade nacional.

O encontro desses indivíduos com outros, de sua mesma nacionalidade ou que vivem em situação análoga a sua, faz com que reproduzam nos espaços do bairro ou de lugares de encontro, como as feiras públicas e os bares da cidade, signos, crenças e hábitos que favorecem a reprodução de elementos da sociedade de origem em Boa Vista. É nesse pequeno espaço, do encontro das diferenças, que os imigrantes reforçam a origem comum, apegando-se à sua nacionalidade para criarem um “nós” étnico que caracteriza o caráter da identidade como algo socialmente construído. Assim, compreender a identidade como uma construção social permite pensá-la como algo inacabado, como um processo e algo em constante construção.

Nesses espaços, em que os sentimentos de insegurança e de vulnerabilidade contrastam o todo tempo com a idéia do ser guianense, venezuelano, peruano, etc, as identidades são reinventadas por meio da reprodução de signos da cultura. Assim, nesse lugar, vivem guianenses que falam o inglês da Guiana, o *creolese*, as línguas maternas indígenas e o português, escutam forró e o reggae, se alimentam com o açaí, cupuaçu, buriti, tapioca, bacuri, mungunzá, churrasco, feijão, mas, também, de *casareep*, carne cozida na mandioca amarga, com os mais variados molhos com pimentão, saladas de frango com *Kaury*, uma erva muito apreciada pela culinária guianense, o *roti*, um bolinho caseiro feito de farinha de trigo, chá preto no café da manhã; mas também com o peixe, o alimento preferido entre os indígenas macuxi e wapixana, e outras misturas com ervas, herança da culinária indiana. Usam roupas coloridas, camisetas da seleção brasileira e do flamengo, ao mesmo tempo em que continuam

fascinados pelo *crequite*, um esporte muito popular no caribe³. Esses atores mesclam elementos de sua cultura de origem e da local, que tornam esse espaço uma comunidade peculiar gerando um modo de ser guianense “abrasileirado”.

Para Das (1995) são nessas comunidades que os imigrantes constroem uma estrutura afetiva que serve de referência para os que a integram. A comunidade não apenas cria laços afetivos, mas estrutura um sentimento de solidariedade entre os iguais. A comunidade torna-se aqui, ao mesmo tempo, o espaço de solidariedade e de rede social. As redes migratórias consistem em laços sociais que ligam as comunidades aos pontos específicos de destino nas sociedades receptoras. São esses laços que unem migrantes e não-migrantes em uma rede complexa de papéis sociais complementares e relações interpessoais que são mantidas por um conjunto informal de expectativas mútuas e comportamentos prescritos. (ASSIS, 2007).

As redes sociais mais utilizadas pelas imigrantes ainda são as baseadas em parentesco, amizades e origem comum. Essas redes apresentam-se para essas imigrantes como um mecanismo imprescindível no seu projeto migratório, uma vez que o mercado de trabalho está cada vez mais competitivo e as relações afetivas e sociais mais individualistas. As redes sociais servem de apoio para os migrantes com pouca ou nenhuma qualificação para o mercado de trabalho, com pouca ou nenhuma experiência profissional e com baixo nível de escolaridade. Esses lugares de encontro ou de moradia nos países de destino aparecem como um refúgio seguro, ao mesmo tempo em que serve de ferramenta para melhor adaptação na nova sociedade. As trajetórias de saída e chegada, da saudade e adaptação constituem um longo e árduo percurso. A narrativa de uma guianense, de 25 anos, demonstra bem essa fase:

Tudo no começo é mais difícil. Quando cheguei a Boa Vista, vim direto para cá [*Monte das Oliveiras*]. Nos primeiros dias tive vontade de retornar para casa. Foi difícil me acostumar a viver aqui, mesmo que as pessoas que me rodeavam fossem de lá [Guiana] não era a mesma coisa que estar com a família os amigos. Fazer novas amizades também não foi fácil. Sentia-me sozinha. Eu acho que se não tivesse arrumado emprego logo não teria ficado (mulher, guianense, 25 anos).

A relação de solidariedade auxilia nos primeiros momentos da vida em Boa Vista, minimizam a distância e a saudade dos seus parentes e amigos. Assim que se estabelecem criam e manejam sua própria rede social e buscam os filhos e parentes que ainda estão na Guiana. A narrativa de uma das guianenses é significativa em relação à manutenção dos vínculos afetivos:

3 A Guiana e os demais países caribenhos de língua inglesa formam uma das mais importantes seleções de *crequite*, o West Indies.

[...] depois de um tempo tudo vai melhorando, a gente conhece os vizinhos com histórias parecidas com a da gente, isso dá força... Dois anos depois que vim, mandei buscar meu filho que tava com minha mãe e agora já mandei buscar minha mãe também, com eles aqui comigo não vou mais ter vontade de voltar, eles eram a única coisa que ainda me fazia pensar em voltar (mulher, guianense, 25 anos)

Os lugares frequentados por esses imigrantes vão se constituindo em espaços de refúgio, de pausa e de estabilização. A narrativa de uma entrevistada revela como se dá a construção do pertencimento na sociedade de acolhimento.

Aqui [Monte] a gente se sente bem melhor. Quando saí da Guiana morei primeiro em Bonfim, lá não tinha muita diferença de Lethem, porque quando eu sentia falta de alguma coisa era só atravessar o rio e tava em casa de novo! Mas quando vim pra Boa Vista, senti muito! Não conhecia ninguém. Vim porque meu irmão que morava lá no 13, [bairro 13 de Setembro] me chamou. Sofri muito. Ele trabalhava com construção e passava o dia fora e eu ficava sozinha, não conhecia ninguém. As pessoas de lá ficam tudo em casa. Saía na rua e não via ninguém pra conversar era tudo fechado. Foi quando conheci meu companheiro; ele já morava aqui [Monte]. Logo a gente foi morar junto, foi quando vim pra cá. Aqui as pessoas são mais amigas, ajudam no que precisar, conquistei muitos amigos aqui, até brasileiros eu já conheço (mulher, guianense, 19 anos)

Como se percebe na narrativa acima reproduzida, o convívio cotidiano entre guianenses e brasileiros cria novas relações e é forjado um novo grupo étnico-cultural. Para Hall (2002) um grupo étnico cultural é constituído por um povo que compartilha da mesma língua, religião, tradição, costumes e de sentimento de pertença a um mesmo lugar e, nesse caso, os imigrantes apropriam-se de sua nacionalidade para (re) elaborar sua identidade cultural.

Em meio a esse contexto, as imigrantes guianenses estão reconstruindo suas identidades, a partir das novas relações construídas no contato com a sociedade de destino. Elas trazem uma bagagem cultural muito rica e diversificada que, ao entrar em contato com a cultura receptora, estabelece novas relações. E desse modo, estão ressignificando sua identidade na interação com a sociedade local. Como afirma Hall (2002), a identidade é formulada na interação do eu com a sociedade, uma vez que é a identidade que costura o sujeito na sociedade. Por outro lado, essas experiências, segundo Velho (1999), abrem um campo de possibilidades, de jogo de papéis e identidades em diferentes contextos e momentos. Assim, o processo migratório permite a essas mulheres explorarem múltiplas *performances* no campo das representações e, ao mesmo tempo ressignificarem suas identidades, inclusive a sua identidade de gênero. Além do mais, no universo dos símbolos, a identidade é permanentemente reconstruída como assevera uma das entrevistadas:

Quando a gente sai de onde nasceu e vê coisas novas, assim, por exemplo, pessoas diferentes, aprendemos com elas coisas novas que podem ajudar melhorar a vida da gente. Por isso, quando chequei em Boa Vista, não quis fazer como muita gente que fica se escondendo com medo de tudo; eu quero conhecer as pessoas daqui [Boa Vista] e aprender com elas, como elas também aprendem comigo. (mulher, guianense, 30 anos).

Para Hall (2002), as identidades não são fixas ou permanentes, mas sim móveis, construídas historicamente ao longo das vidas. Pode-se dessa forma, assumir diferentes identidades em diferentes momentos, como se pode depreender a partir dos discursos e das atribuições de significado feitos pelos imigrantes. Dito de outra forma, as imigrantes reconstróem suas identidades ao longo das suas vidas, ao mesmo tempo em que incorporam novos códigos e ressignificam a cultura e as representações da sociedade em que se encontram. Reformulam assim, uma identidade singular e redefinem os padrões estabelecidos.

Segundo Geertz (1978), as práticas de deslocamentos devem ser entendidas como constituídas de significados culturais e identitários, visto que é no processo de se deslocar entre espaços fronteiriços que os imigrantes reelaboram, selecionam e se reapropriam de novos signos culturais e identitários.

Nesse contexto, o fato de imigrar torna-se um grande paradoxo. Por um lado, surgem novas oportunidades de trabalho, possibilitando certa independência econômica; por outro, representa grandes perdas, tanto materiais como afetivas. Nesse caso, quando as perdas são maiores que os ganhos, poderá ocorrer a migração de retorno, numa volta ao “lugar” de origem. Entretanto, ao retornarem, muitos se deparam com a sensação de sentirem-se estrangeiros em seu próprio país (HALL, 2002). Em uma das entrevistas essa sensação ficou nítida e foi relatada por uma das entrevistadas. Ao narrar o retorno a sua cidade depois de anos vivendo em Boa Vista, assim expressou o estranhamento e a sensação de não pertencer a lugar algum:

Eu voltei para Georgetown depois de uns 15 anos que eu tava aqui, fui pra passear e ver meus parentes que ainda estão lá, mas quando chequei lá achei tudo diferente, parece que tudo tinha assim mudado, as pessoas não eram mais as mesmas, as ruas as casas tudo diferente mesmo. Até assim, as pessoas elas eram diferentes, não era como eu morava lá, eu nem senti vontade de ficar muito lá, logo eu voltei, queria era chegar logo em casa, depois dessa vez nunca mais eu fui pra lá, nem tenho vontade. (mulher, guianense, 41 anos)

Para Hall (2002), os imigrantes estabelecem fortes vínculos com seus lugares de origem e suas tradições, mas sem a ilusão de um retorno ao passado. São obrigados a negociar com a cultura do lugar em que vivem, sem, simplesmente serem assimiladas por elas e sem perder completamente suas identidades de origem. Portanto, migrar

significa transitar por diferentes nacionalidades e diversas culturas, que podem disseminar novas idéias e práticas sociais.

Porém, é inegável a relação de poder dos atores locais nessas relações. O imigrante é visto como um estranho, como o “outro”. O “imigrante representa, para o ideal autóctone, um intruso que vem confrontar a sua ilusão de familiaridade” (FERREIRA, 1996. p.35). Esses imigrantes sentem-se forçados a negociar certos elementos culturais, para só então conseguirem conviver e serem aceitos na nova sociedade.

Não obstante, ao chegarem, as imigrantes tendem a superar as barreiras da fase de adaptação, principalmente a barreira imposta pela língua falada por essas mulheres, o dialeto próprio de sua cultura. Uma das entrevistadas guianenses relatou sua experiência, em que esse aspecto do domínio da linguagem do “outro” é fundamental, mas também um processo doloroso:

Vim pra Roraima por causa de uma guerra que tinha na Guiana. Mas, quando cheguei aqui pra mim o que foi mais difícil foi falar, não sabia falar nada em português e quando via as pessoas na rua, me escondia, sentia vergonha, entrava em casa e não falava com mais ninguém. Aos poucos fui aprendendo a falar algumas palavras, mas quando falava com alguém as pessoas ficavam rindo de mim, isso me deixava muito triste (mulher, guianense, 41 anos).

O fato dessas mulheres não falarem o português nem o castelhano é um problema para a adaptação. O caso das venezuelanas é diferente, haja vista que conseguem se estabelecer e criar vínculos mais rapidamente, devido a melhor aceitação de sua presença por parte dos nativos. As guianenses sofrem com o preconceito e a exclusão da sociedade roraimense, uma vez que a linguagem é um dos elementos essenciais de qualquer cultura e também um diacrítico identitário de primeira importância. Em muitos casos, mesmo que elas aprendam o básico para sua sobrevivência, os “nativos” ou “locais” tendem a discriminar essas mulheres, principalmente pelo sotaque indígena.

Outro problema sentido pelas imigrantes é a xenofobia aliada ao racismo. Em Boa Vista há uma grande dificuldade das pessoas aceitarem bem os imigrantes guianenses. Algumas migrantes guianense relataram que se sentem estigmatizadas e estereotipadas. Pode-se observar, também, nas narrativas destas mulheres guianenses a sensação de todo o tempo serem percebidas como estrangeiras, como diferentes. Segundo elas, isso é expresso no olhar das pessoas quando elas chegam a um determinado local. “As pessoas ficam olhando a gente com uma cara de assustados ou de deboche”.

No caso específico da fronteira Brasil-Guiana, os guianenses são vítimas de tais preconceitos e carregam marcas e sinais dos estigmas atribuídos aos imigrantes de

origem guianense (GOFFMAN, 1988). Os jornais locais⁴ retratam essa imigração criando e reforçando aspectos negativos, caracterizando-os como “preguiçosos”, “sujos” e “ladrões”. Essa diferenciação estigmatizante, em parte, favorece a criação de um sentimento de rejeição e de manifestações preconceituosas da população local. Algumas narrativas demonstram esse sentimento:

Uma vez quando tava procurando emprego de doméstica ou de diarista nas casas, bati palma numa casa e uma moça veio me atender ela tava assustada com medo de mim, sei por que ela me olhava de longe sem olhar pra mim direito nem chegava perto do portão. Também, uma vez, quando eu tava no ônibus escutei uma mulher falando pro seu filho segurar o celular por que eu tava olhando muito pra ele...e assim, são muitas as vezes que a gente escuta essas coisas, mas finge que não escuta por que não adianta falar nada eles pensam assim e pronto. (mulher, guianense, 30 anos).

A gente sempre sofre preconceito quando é estrangeiro ou índio, as pessoas pensam que a gente não sofre por ser excluído, eles nunca trata a gente por igual. Digo isso por que já trabalhei e uma casa junto com outra mulher brasileira, era nois duas por que a casa era muito grande eu limpava e cuidava das crianças e ela só cozinhava e lavava a roupa eu sempre ouvia ela e a patroa conversando baixinho, mais eu ouvia que elas falava de mim... ela não pode cozinhar por que a comida dela não presta, ela não sabe lavar as roupas por que eles [guianenses] são sujos, fedem.... (mulher, guianense, 34 anos).

Não só eu quem sofro por ser negra, mas meus filhos também. Uma vez estava indo para Bonfim de ônibus, eu sentei em uma cadeira e meu filho em outra por que estava cheio, quando meu filho sentou do lado de uma outra criança branca ela rapidamente puxou o braço para longe dele como se estivesse com medo ou nojo, e olhou para sua mãe que estava logo do outro lado. Sua mãe consentiu com a cabeça e depois chamou a menina para sentar no seu colo. Fico triste com isso, mas não culpo a criança que ainda não entende direito o que esta acontecendo, culpo as mães que passam esse medo para os filhos, sem ter por que. Não somos perigosos ou sujos para se ter medo ou nojo, somos apenas diferentes, por que Deus quis assim (mulher, guianense, 45 anos)

Os meios de comunicação, principalmente os de mídia televisiva e impressa, reproduzem as representações da vida social e estes são mecanismos utilizados na formação da opinião pública das sociedades. Nesse sentido, a representação social sobre o objeto está relacionada ao significado e interpretação a respeito do objeto e por parte de determinado grupo. (GUIMELLI, 1994).

De acordo com a análise feita por Rufino (2009) acerca das representações dos imigrantes em Boa Vista reproduzidas pelo jornal “Folha de Boa Vista”, as reportagens dizem respeito a pontos negativos dessa migração. São manchetes envolvendo

4 O Jornal a Folha de Boa Vista é o periódico diário de maior circulação em Boa Vista-RR. Rufino (2009) publicou os resultados de pesquisa em artigo na 26ª Reunião de Antropologia: As representações sociais da fronteira e dos migrantes estrangeiros na mídia impressa roraimense.

os guianenses em atos ilícitos, como por exemplo: “guianenses acusados de matar doméstica”; “guianense dá dez facadas”; “guianense é morto brutalmente”; “guianense denuncia Guarda Nacional da Venezuela”; “dez mil guianenses ilegais vivem em Boa Vista”. O discurso que predomina na mídia impressa roraimense é o da criminalização, marcado por nomeações como ilegais, violência, intolerância, preconceito, fiscalização, tráfico ou detenção. As representações dos imigrantes guianenses são reproduzidas no imaginário da população local e materializadas em forma de atos preconceituosos contra esse grupo social. Com o tempo essas diferenças vão amenizando, apesar de sempre estarem presentes nas sociabilidades. Os imigrantes vão adaptando-se e incorporando novos elementos da cultura local e recriando uma nova identidade social (HALL, 2002).

Esse processo de ressignificação das identidades não ocorre sem conflitos. As imigrantes guianenses vivem o dilema de repensarem sua identidade cultural e de gênero a todo o momento, incorporando e reorganizando novos elementos que as fazem sentir parte de sua nova condição. Há uma preocupação constante por parte dessas mulheres na manutenção de alguns elementos da sua cultura de origem, reafirmando os valores identitários da cultura nacional que, também é transformada no interior das representações, como aparecem nas narrativas das imigrantes:

Quando perguntam quanto tempo estou aqui, e respondo 22 anos, eles dizem, há você já é roraimense. Então eu sempre digo assim. Não, eu sou guianense, mas gosto de morar no Brasil. E sempre procuro não perder o meu sotaque. Nossa! gosto de mais dele! Como também da musica de lá [Guiana] pra mim são muito mais bonitas do que as do Brasil (mulher, guianense, 45 anos, entrevista realizada em 15.03.08)

Essas mulheres atravessam as fronteiras em busca de novas oportunidades, com objetivos que estão fortemente atrelados à necessidade de uma emancipação econômica e de gênero. Sofrem barreiras socioculturais, tais como a língua, a cultura local e as condições precárias de trabalho. O processo de adaptação é longo e doloroso, mas o desejo de emancipação é maior e determina sua permanência, forçando as imigrantes a serem mais criativas na descoberta de novas estratégias culturais e sociais.

Não obstante esse quadro, nos últimos anos, mudanças profundas estão acontecendo nas sociedades em todo o mundo, com repercussão na vida de mulheres de todos os segmentos sociais. De fato, dados dão conta de que, nas últimas décadas, as mulheres entraram no mercado de trabalho alcançando níveis de formação acadêmica e de qualificação profissional cada vez mais elevada e elas passaram a exercer maior controle sobre sua vida. Apesar disso, o que esses avanços têm representado na vida cotidiana das mulheres e de que forma essas mudanças contribuem para o

processo de “empoderamento” delas ainda é pouco discutidos no meio acadêmico. Neste sentido, utilizo o sentido de “empoderamento” como os mecanismos pelos quais as pessoas e, em especial as mulheres, tomam o controle de sua própria vida e a consciência da sua habilidade e competência para produzir e criar.

A categoria de *empoderamento* surge com forte influência no meio acadêmico a partir da década 1990, como forma de análise, tanto das organizações como dos indivíduos, em relação a si mesmo, ou seja, na capacidade das pessoas descobrirem e desenvolverem suas capacidades para vencerem e superarem seus problemas, tanto de caráter pessoal e individual, como sócio estrutural. Para Stark (1996), através do *empoderamento* as pessoas passam a tomar suas próprias decisões. *Empoderamento* requer igualdade e equidade entre as pessoas envolvidas nas tomadas de decisão, tanto no ambiente privado como no ambiente público, no cotidiano de seus lares, dividindo as tarefas e partilhando das tomadas de decisões referentes à família, assuntos políticos e econômicos. Sendo assim, o empoderamento vai ser sempre relativo, uma vez que vivemos em uma sociedade extremamente desigual. Mas, isso não impede de associarmos o “empoderamento” à reorganização dos papéis sociais na sociedade atual.

Os papéis sociais ou os papéis de gênero estão associados ao espaço e ao tempo, ou seja, ele é determinado e diferenciado por uma época e um povo, faz parte da cultura das sociedades e são transmitidas pelas famílias de geração em geração. Nas famílias migrantes são os homens, pelo menos na maior parte dos casos, que detêm o poder, seja nos espaços privados ou público. Isso se deve, entre outros fatores, à formação histórica e cultural desse país. A República Cooperativa da Guiana é formada por povos de múltiplas nacionalidades: indígenas, chineses, indianos (crioulos), africanos, portugueses, ameríndios, norte americanos e ingleses; bem como por diversas religiões: os hindus representam 37% da população, protestantes 16% e os anglicanos 14%, devido a essa formação de cultural tradicional, podemos inferir que as famílias guianenses são mais rígidas do que as brasileiras.

Na Guiana a estrutura familiar é formada pelo marido/pai responsável por manter materialmente a casa e tomar as decisões por todos pertencente a sua família; a mulher (mãe) é responsável pela manutenção do bem estar da casa e da família, restringindo-se à educação das crianças, e, por último, pelos filhos. Este é ainda um padrão seguido. No Brasil, a pesar de ainda ser um país de cultura “machista, já são visíveis as modificações, haja vista que as estruturas familiares são heterogêneas, flexíveis e plurais; muitas são chefiadas por mulheres separadas ou mães solteiras e, a cada dia, crescem as estatísticas nas quais elas aparecem como as maiores provedoras

dos lares brasileiros, seja parcial, seja total (VAITSMAN,1994). As mulheres são ativas e já estão presentes em quase todos os espaços públicos. As mulheres brasileiras dividem o seu tempo entre a família, a vida social e o trabalho e, é justamente por terem esse perfil de mulheres independente ou *empoderadas* que as imigrantes guianenses, de certa forma, espelham-se e almejam ser incluídas nessa sociedade.

As imigrantes, em grande parte, são mães solteiras ou separadas, que arcam com o sustento da casa sozinha ou, quando vivem com um parceiro, trabalham e contribuem de forma significativa com as despesas familiares. Nesse processo de sair do espaço privado para atuarem também nos espaços públicos, os papéis de gênero são (re) pensados e reavaliados por elas e, conseqüentemente, também a divisão dos papéis sociais no seio da família, tal como explicita o teor do depoimento que segue:

(...) antigamente ainda em Lethem ele dizia: aqui em casa quem manda é eu. Ai, eu não dizia nada, às vezes me escondia na rede pra chora sozinha, por que tinha vontade de sair, conversar ou até compra uma comida diferente pra meus filhos, mas quem decide tudo era ele, o que eu comia, vestia tudo mesmo. Agora, às vezes ele fica com raiva e fala quem manda nessa casa sou eu! Finjo que não escuto vou lá e faço o que tenho vontade, depois a raiva dele passa e a gente se acerta de novo. (mulher, guianense, 29 anos, entrevistada em 02.05.09)

A pesar de manterem diacríticos de sua cultura nacional, na qual a figura do homem ocupava a condição de “cabeça da casa”, a migração e o leque de possibilidades e representações proporcionadas por sua nova condição dá às mulheres a segurança de poderem discordar das decisões do parceiro e, reavaliar sua posição dentro da casa e nas decisões familiares, surge, assim, a possibilidade de (re)configurarem sua identidade de gênero, como está fazendo uma das entrevistadas:

A única coisa que ainda não consigo mudar é que ele não faz nada em casa, quando chego do trabalho, cansada tenho que fazer tudo aqui também, as mesmas coisas que acabei de fazer pra lá, lavar as louças sujas que ele deixa tudo jogado no jirau lá fora, nem a comida pros meninos ele esquenta, que já deixo pronto, eles ficam tudo com fome até a minha menina mais velha chegar da escola e esquentar pra eles...a gente briga sempre por causa disso, eu digo pra ele que tem que me ajudar, pelo menos lavar uma louça. Ele só diz, não quis trabalhar agora se vira... Mas quando recebo no final do mês e faço o rancho[feira mensal] ele gosta! (mulher, guianense, 29 anos, entrevistada em 02.05.09)

Mesmo com as conquistas e as mudanças ocorridas nos papéis de gênero, em geral, as estruturas familiares e domésticas ainda discriminam as mulheres, seja nas famílias guianenses ou brasileiras, e essa situação tem dificultado o processo de “empoderamento” das mulheres, por uma divisão de tarefas dentro de casa e por maiores espaços fora delas.

Tenho quatro meninas, quando eu morava com o pai da mais velha lá na Guiana onde ela nasceu, em Georgetown, o pai dela não me ajudava em nada com ela, nem dentro de casa, mas também eu não trabalhava, tinha mais que cuidar dela mesmo. Quando eu vim pro Brasil eu conheci o Pai da M.F.G, ele também é da Guiana, mas com ele já foi um pouco diferente, às vezes ele até lavava uma louça pra mim. Só o pai da segunda mais nova a V.F.G que era brasileiro, me ajudava muito com ela, lavava as calcinhas dela, ajudava com tudo na casa, varria, lavava roupa e às vezes até fazia alguma comida, mas deixei dele por que bebia muito. Já o pai dessa mais nova aqui, nunca nem quis viver comigo, eu crio as quatro sozinha, nenhum me ajuda com nada, mas eu não ligo elas não, como tem mãe que faz por ai O que eu passar, elas passam comigo. (mulher, guianense, 32 anos, entrevista 02.05.09).

Em muitos casos essas mulheres são as “chefes de família”, da casa e arcam com todas as despesas sozinhas, como narrado acima. E quando os maridos ou companheiros passam por períodos de desemprego, são as mulheres que encontram formas de suprir as necessidades básicas da família, revoltam-se com o comodismo dos homens, com a falta de solidariedade nos serviços domésticos.

Quando eu morava com o pai dos meus filhos eu tinha que trabalhar na casa de família para ajudar em casa, ele trabalhava como ajudante de pedreiro e nem sempre tinha serviço pra ele. Por isso, eu tinha que ter esse emprego para garantir comida dentro de casa pra mim e pros meus filhos. Ele não se preocupava muito, só às vezes que ia trabalhar. Quando acabava um serviço pra ele sair pra procurar outro era só depois de eu brigar muito. Mesmo assim, ele ainda era quem mandava aqui em casa, não fazia nada sem ele dizer que sim. Mas, agora que ele foi embora, disse que ia pro garimpo e mandava dinheiro pra gente, mas já faz uns dois anos mais ou menos, não lembro direito quanto tempo, mas já tem muito tempo que ele foi e nunca mandou dinheiro e nem notícias. Então, aprendi a me virar sozinha, em ele. Agora, se ele voltar eu não sei se vou querer ele ainda, não! Agora só quero alguém se for pra me ajudar com as despesas e com os serviços. Senão, fico sozinha com os meus filhos. (mulher, guianense, 28 anos. 22.04.09).

Essa situação é comum entre as mulheres guianenses, cujos maridos ou companheiros não têm qualificação profissional e que só arranjam trabalho informal e aparecem esporadicamente. Nesse caso, são as mulheres que assumem as responsabilidades dentro da casa. Mesmo assim, alguns homens ainda têm a última palavra nas decisões familiares. As mulheres levam um tempo para repensar essas posições. Em geral, quando passam por um período em que ficam separadas ou longe da presença dos companheiros, dos pais isso a força a compreenderem que são capazes de gerir a sua própria vida e de manterem a família. Essa experiência de “autonomia” frente às resoluções dos problemas faz com que ganhem mais confiança em si mesmas, coragem para manterem seus posicionamentos e desejos frente aos do homem.

Ao retomarem a vida a dois, os conflitos são inevitáveis, uma vez que elas já não aceitam mais ficar em uma situação inferior dentro da casa; as ordens já não são mais

bem vistas e aceitas e, assim sendo, torna-se necessário o estabelecimento de diálogo para chegarem a uma decisão conjunta. Mas, para que isso ocorra as mulheres desenvolvem estratégias e mecanismos para que os homens não percebam que sua autonomia já não é mais a mesma, principalmente quando sai do espaço doméstico.

Meu marido até me ajuda, ele não gosta muito, mas quando não tenho tempo e preciso trabalhar no sábado até mais tarde, ele lava as roupas pra mim, só não estende por que o varal fica perto da rua e os vizinhos vão ver ele estendendo. Ele morre de vergonha de dizer que faz coisas de casa. Às vezes eu digo, X varre essa casa pra mim que estou ocupada cuidando das crianças, ele diz: “*se você não sair falando pra rua toda*” (risos). Sei que ele não me ajuda mais só de vergonha. (mulher, guianense, 25 anos, 02.05.09).

Quando falamos em relação de gênero, falamos em poder; assim, por mais que as mulheres estejam em uma situação mais confortável do que no século passado, conseguindo alguns avanços, seja na esfera familiar (privada), seja nas instituições (pública), as relações de poder ainda são ordenadas pelo elemento masculino. Afinal, historicamente as mulheres estão do lado oposto, do lado da subalternidade.

Para Costa (1998) essas relações de poder são mantidas por diversos motivos e envolvem os diferentes atores, os que dominam e os que são dominados e “aceitam” essa dominação. Essa aceitação é resultante dos mecanismos de socialização, dos “aparelhos ideológicos”, das crenças religiosas, ou seja, é fruto da dinâmica das culturas. Nesse sentido, a autora conclui que ainda hoje, pesadas todas as transformações ocorridas na condição feminina, muita mulheres não podem decidir sobre suas vidas porque não se constituem enquanto sujeitos, não exercem o poder e, principalmente, não acumulam este poder, mas o reproduzem, não para elas mesmas, mas para aqueles que de fato controlam o poder. As pequenas parcelas de poder ou pequenos poderes que lhes tocam e que lhes permitem romper, em alguns momentos ou circunstâncias a supremacia masculina, são poderes tremendamente desiguais.

Os movimentos feministas em todo mundo conseguiram grandes avanços contra a opressão masculina sobre as mulheres; não podemos ignorá-los, mesmo porque eles estão explícitos nas relações sociais entre homens e mulheres. A partir dos anos 1930, o movimento feminista conseguiu garantir muito dos direitos civis dos que lutavam por igualdade entre homens e mulheres. Mas o que não se tinha dado conta, até aquele momento, é que a conquista legal não seria o suficiente para que a igualdade existisse na prática. Decorrente disso, as relações continuam desiguais e desfavoráveis às mulheres.

Considerações Finais

Como visto, a mobilidade humana é um dos processos sociais de maior relevância para os estudos culturais. Com a globalização os processos migratórios estão cada vez mais difundidos e dinamizados e, por isso, dá-se o aumento significativo de pessoas que deixam seu país de origem e se aventuram em outros espaços em busca da tão sonhada qualidade de vida. O principal objetivo dos imigrantes, apelo preponderante no início da trajetória migrante, está voltado para a questão econômica, isso tanto no que diz respeito à migração masculina, como à feminina. Isso justifica serem os Estados Unidos, juntamente com os países de a União Européia, os principais destinos dos migrantes, em especial, dos brasileiros. Na América Latina, os números apontam para o aumento do movimento intra-regional, uma vez que os países de fronteiras estão configurando-se como os grandes pólos dos imigrantes latinos americanos e caribenhos, devido, sobretudo, ao baixo custo do projeto migratório e às redes de serviços sociais, principais motivadores dessa migração.

Já a presença feminina no âmbito da migração está associada, de forma predominante, às redes sociais de parentesco, amizade e de origem comum. No entanto, grandes mudanças vêm ocorrendo em todo o mundo com relação às formas e os mecanismos utilizados por elas durante toda a realização das várias etapas do processo migratório. Durante muito tempo, a contribuição das mulheres na migração foi negligenciada pelos dados estatísticos. Uma das consequências deste “silenciamento” da presença feminina nos processos migratórios é que trabalhos e pesquisas acadêmicas não mencionavam a categoria gênero e acabavam por escamotear a importância desse movimento na conjuntura atual.

Atualmente, as mulheres são figuras constantes e significativas no cenário migratório mundial e intra-regional. Sua inserção no mercado de trabalho e os níveis cada vez maiores de qualificação profissional das mulheres vão paulatinamente proporcionando autonomia econômica e independência pessoal. Esses fatos condicionam o aumento crescente dessa migração: se antes elas imigravam predominantemente como acompanhantes ou para encontrarem-se com seus pais e esposos, hoje, são elas as gestoras do seu próprio projeto migratório, criam suas próprias redes sociais, haja vista que vêm na migração a chance de mudança na relação de opressão e discriminação que limitam a sua liberdade e suas potencialidades. Assim, a migração é uma forma de obter liberdade de circulação e autonomia das repressões e amarras comunitárias e familiares. Ao obterem sucesso, refazem seu papel no seio da família, na comunidade e no ambiente de trabalho.

Quanto aos projetos migratórios na tríplice fronteira Brasil/Venezuela/Guiana, algumas características marcam essa migração, como por exemplo, o intercâmbio de moedas, o poder de compras da moeda brasileira nas cidades fronteiriças, de Lethem (República Cooperativa da Guiana) e Santa Elena do Uairén (Venezuela) impulsionam diariamente brasileiros para essas duas cidades. Trata-se de imigrantes de passagem, elas emigram predominantemente com o objetivo de comprarem produtos de bens de consumo e bens permanentes, com marcas mundialmente conhecidas, a preços mais baixos que os encontrados no mercado brasileiro.

As redes de serviços públicos, disponibilizados nas cidades brasileiras de Pacaraima, Bonfim e Boa Vista (RR) são características do projeto migratório de guianenses e venezuelanos para o estado de Roraima, seguido da inserção no mercado informal e maior facilidade de aquisição de bens materiais, como a casa própria.

A migração feminina na fronteira Brasil/Guiana aparece ainda em menor proporção que a masculina; no entanto, já são figuras presentes no dia a dia da fronteira. Nossa pesquisa encontrou alguns casos de mulheres que imigraram sozinhas e outras que já formaram sua própria rede social; elas buscam familiares e parentes por meio dessas redes e estão inseridas no mercado informal da cidade de Boa Vista; são encontradas nas casas de famílias trabalhando no serviço doméstico, como diaristas e babás ou vendendo salgadas nas repartições públicas dos vários município ou do estado. Sobrevivem e sustentam a sua família com seu próprio salário.

Na divisão de papéis no espaço doméstico, coube à algumas mulheres a “chefia de família” e isso as levou a enfrentarem as dificuldades do cotidiano da casa e da família, são as responsáveis pela manutenção das necessidades básicas, tais como: subsistência, proteção, afeto, educação dos filho, lazer etc. Essa situação exigiu delas decisões imediatas, a execução de múltiplas tarefas (mãe, dona de casa, mulher, trabalhadora, chefe de família, entre outros) e a divisão de escassos recursos financeiros fez delas mulheres com autodeterminação, ao mesmo tempo em que lhes proporcionou enfrentar e vencer os obstáculos das fases de adaptação na nova sociedade.

Outra característica importante na migração feminina e maior facilidade de estabelecerem novas relações na sociedade de destino. Os homens demoram mais do que elas para construir as novas relações de amizade e de trabalho. São elas que levam seus filhos às creches e escolas; fazem as compras do mês; não têm dificuldades em encontrar trabalhos de domésticas e faxineiras. Nesses locais, elas encontram outras mulheres que vivem as mesmas situações e problemas que elas e, assim, iniciam o processo de sociabilidade. Já os homens, ficam mais em casa, chegam do trabalho cansados e logo vão dormir para descansar e começarem a rotina no outro dia.

Eles também apresentam maiores dificuldades em aceitar o seu novo papel social e organização familiar em que a mulher trabalha fora de casa (no serviço remunerado) e eles precisam ajudar nos serviços domésticos e na educação dos filhos.

Contudo, as identidades sociais e de gênero das mulheres migrantes são modificadas e (re) inventadas todos os dias, nas dificuldades e nas novas situações e relações na sua nova comunidade de pertencimento.

Referências Bibliográficas

AROUCK, Ronaldo de Camargo. Brasileiros na Guiana Francesa: fronteiras e construções de Alteridades. Belém: NAEA/UFPA, 2002.

ASSIS, Gláucia de Oliveira. Estar aqui... estar lá... uma cartografia da vida entre dois lugares. 1995. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, UFSC, Florianópolis, SC.

BAENINGER, Rosana. La migración internacional de los brasileños: características y tendencias. Santiago de Chile: CELADE – División de Población, 2002.

BAINES, Stephen G. Os Índios Macuxi e Wapixana e suas relações com Estados Nacionais na fronteira Brasil-Guiana. 51º Congresso Internacional de Americanistas. Santiago: Chile, Julho, 2004.

BARNES, J. A. Redes Sociais e Processo Político. In: FIELDNAN-BIANCO, Bela (org.), Antropologia das Sociedades Contemporâneas. São PAULO: Global Universitária, 1987.

BARROS, Nilson Cortez Crócia. Roraima paisagens e tempo na Amazônia Setentrional. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1995.

BARTH, Fredrik. Os grupos étnicos e suas Fronteiras. In. O GURU iniciador e outras variações antropológicas. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000.

BECKER, Bertha. Amazônia. 6º Ed. São Paulo: Atica, 1998.

BOTT, Elisabeth. Família e rede social. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976. CASTRO, Mary Garcia. Mulheres latino americanas e caribenhas na migração: bibliografia comentada. Salvador: Centro de Recursos Humanos/UFBA, 1989.

BUSCARÓN, O. América Latina: a migração com rosto de mulher. [Http:// www.galizacig.com/index.html](http://www.galizacig.com/index.html).

CANCLINI, Néstor Garcia. Culturas híbridas: estratégias para entrar y salir de la modernidad. México: Grijalbo, 1990.

CARDOSO DE OLIVEIRA, R. Identidade, Etnia e Estrutura Social. São Paulo, Pioneira, 1976.

CARDOSO, Arnaldo Francisco. Migração Internacional: os blocos regionais e a mobilidade mundial de mão de obra. São Paulo Perspectiva, 16 (2), pp. 112-124, 2002.

CELADE. La migración internacional y el desarrollo en las Américas, Santiago de Chile, CEPAL-CELADE, 2002.

CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe). Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Um Olhar desde a América Latina e o Caribe. Santiago do Chile, março, 2005.

CEPAL. Padrões e tendências das migrações internacionais na Ibero-América. Disponível em: www.eclac.org/publicaciones/xml/0/27150/icg2328p_cap6pdf acesso em 26 de dezembro de 2008.

CLIFFORD, J. Itinerários transculturales. Barcelona: Gedisa, 1999.

COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE. Panorama Social de América Latina 2004. Disponível em: <http://www.eclac.cl>. Acesso em 29.11.2007.

COSTA, A. A. Gênero, poder e empoderamento das mulheres. Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher. NEIM/UFBA, 2000.

COSTA, Ana Alice. As donas no poder. Mulher e política na Bahia. Salvador: NEIM/Ufba e Assembléia Legislativa da Bahia. 1998 (Coleção Bahianas, vol. 2).

DAS, Veena. Critical events: An anthropological perspective on contemporary India. Delhi: Oxford Univ Press, 1995.

FERREIRA, A. Pocelli. A migração e suas vicissitudes. Rio de Janeiro: Departamento de Psicologia, PUC.RJ, 1996. Tese de doutorado.

FUSCO, W. Redes sociais na migração internacional: o caso de Governador Valadares. Paper apresentado no II Encontro Nacional de Migração ABEP/GT Migração. Ouro Preto, 1999.

GEERTZ, Clifford. A Interpretação das Culturas. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 1978.

GOFFMAN, Erving. Stigma: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.

GORDILLO, Gastón; LEGUIZAMÓN, Juan Martín. El Rio y la Fronteira: mobilizaciones aborigenes, obras públicas y mercosur en el Pilcomayo. Buenos Aires: Biblos, 2001.

GUIMELLI, Christian. Transformação das representações sociais, novas práticas e esquemas cognitivos de base. Trad. José Delfino S L, com a colaboração de Maria do S. M. Lima e Marisa M. B. da Justa Neves, revisado por Ângela Maria de Oliveira Almeida In: Ch. Guimelli. Structures et transformations des représentations sociales. Lausanne: Delachaux et Niestlé, 1994.

HALL, Stuart. A Identidade Cultural na Pós Modernidade. Rio de Janeiro: tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro – 7. ed.. DP& A editora, 2002.

HANNERZ, Ulf. Fluxos, Fronteiras, Híbridos: Palavras-Chave da antropologia transnacional. Mana 3(1), pp. 7-39, 1997.

HEILBORN, Maria Luiza. Cidadania para as mulheres. Revista Ciência Hoje, v.5, n.28,p.13-15, jan./fev. 1987.

HÖFS, Carolina Carret. Yu Kan Vertrouw Mi/ Você pode confiar. 2006. 174f. Dissertação (Pós-Graduação em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, UnB, Brasília, DF.

HONDAGNEU, Sotello. Gendered Transitions: Mexicans Experiences of Immigrations. Berkeley: University of California Press, 1994.

LEÓN, Magdalena. El empoderamento en la teoria y práctica del feminismo. In. LEÓN, Magdalena. Op. cit.p.21.

LEVY, M.S.F. O papel da migração internacional na evolução da população brasileira (1872-1972). Revista de Saúde Pública. Faculdade de Saúde Pública da USP, São Paulo, Suplemento, 1973.

LISBOA, Teresa Kleba. Fluxos migratórios de mulheres para o trabalho reprodutivo: a globalização da assistência. Estudos Feministas. Universidade Federal de Santa Catarina. CFCH\CCE. v. 7, n.1-2 (1999), Florianópolis: UFSC, 1999. pp.895-822.

- OIM (Organização Internacional das Migrações). Estado da Migração no Mundo em 2005. Genebra, agosto, 2005
- OLIVEIRA, Márcia Maria de. A mobilidade humana na tríplice fronteira: Peru, Brasil e Colômbia. *Estudos Avançados* 20 (57), 2006. p. 183 – 196.
- ONU (Organização das Nações Unidas). Informe sobre a Juventude Mundial 2005. Informe do Secretário-Geral. Programa de Ação Mundial para os Jovens, Nova York, dezembro 2004.
- PARK, Robert Ezra. A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. In: VELHO, Otávio Guilherme (org.). O fenômeno urbano. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1987.
- PELLEGRINO A. International Migration in Latin America: Trends and Emerging Issues. Seminário Políticas Migratórias –ANPOCS, São Paulo..2000.
- PEREIRA, Mariana Cunha. A Ponte Imaginária: O trânsito de Etnias na Fronteira Brasil-Guiana, dissertação de doutorado em Antropologia Social, CEPPAC/UnB. Brasília, 2005.
- PERES, Roberto Guimarães. As mulheres na migração internacional: As diferentes trajetórias migratórias. Trabalho apresentado no XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais. ABEP. Caxambu – MG – de 20 de Setembro de 2004.
- PESSAR, P. The Role of Gender, Households and Social Networks in the Migration Process: A Review and Appraisal In: DEWIND, J., HIRSCHAMN, C. & KASINITZ P. (orgs) *Becoming American/America Becoming*. New York: Russell Sage Foundation, 1999.
- PINTO, Manoel de Jesus de Souza. A vida no limite: Atividades ilegais, Migração Irregular e Direitos Humanos na Fronteira entre o estado do Amapá e a Guiana Francesa. *PRACS: Revista de Humanidades do Curso de Ciências Sociais UNIFAP*. N. 1 dez 2008.
- REIS, Ellem Saraiva. Imigração, Risco e Família. Novas Configurações Familiares e Direitos Humanos em Governador Valadares. *Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana/Centro Scalabriniado de Estudos Migratórios*. v.16, n..31, pp. 229-237, (2008) Brasília: REMHU, 2006 – semestral.
- REIS, Rossana Rocha. Construindo fronteiras: políticas de imigração na França e nos Estados Unidos (1980-1998).2003. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
- RODRIGUES, Carla. Butler e a desconstrução do gênero. *Ver. Estud.Fem.* Vol. 13 no.1 Florianópolis Jan./Apr. 2005.
- RODRIGUES, Francilene dos Santos. Garimpando a sociedade roraimense: uma análise da conjuntura sócio-política. Núcleo de Altos Estudos da Amazônia. Belém: Universidade Federal do Pará,1996. Dissertação.
- RODRIGUES, F. S. PESQUISA DE CAMPO. Projeto de pesquisa intitulado: “Deslocamento populacionais na Tríplice Fronteira Brasil-Venezuela-Guiana”, realizado em Roraima, Venezuela e Guiana, tendo como orientadora a professora Dr^a. Francilene Rodrigues, junto ao CNPq/UFRR, Boa Vista, 2008.
- RUFINO, Alessandra Santos. A mídia impressa roraimense e as representações sociais sobre a fronteira e os imigrantes. XIV Encontro de Ciências Sociais Norte e Nordeste – CISO, GT – 23 Migrações Internacionais, Recife – PE, 2009.
- SALES, T. – Imigrantes estrangeiros, imigrantes brasileiros: uma revisão bibliográfica e algumas questões para pesquisa, In: *Revista Brasileira de Estudos de População*, São Paulo, ABEP, vol.9 nº1, pg.50-64, jan./jun. 1992.

- SALES, Teresa; SALLES, Maia do Rosário R. (Org). Políticas migratórias: América Latina, Brasil e brasileiros no Exterior. São Paulo Sumaré: IDESP, 2002.
- SERBIN, Andrés. Nacionalismo, Etnicidad y Política en La Republica Cooperativista de Guyana. Caracas – Venezuela: Editora Bruguera Venezolana S. A, 1981.
- SILVA, Márcia Bastos da. Gestão Feminina do Projeto Migratório e suas Questões. Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana/Centro Scalabriniado de Estudos Migratórios. v.16, n. 31, pp. 257-262, (2008) Brasília: REMHU, 2006 – semestral.
- SPRANDEL, Márcia Anita. Antropóloga, Membro da Comissão de Relações Étnicas e Raciais da comissão brasileira de antropologia, 2007. Informe disponível em: http://www.csem.org.br/revistas/mulheres_migrantes_port22.doc. Acesso em 26.01.09.
- STARK, Wolfgang. Empowerment: neue handlungskompetenzen in der psychosozialen práxis. Freiburg und Breisgau, Lambertus, 1996.
- TUAN, Yi-Fu. Espaço e lugar: a perspectiva da experiência. São Paulo: Difel, 1983.
- VAITSMAN, Jeni. Flexíveis e Plurais: Identidades, casamento e família em circunstâncias pós-moderna. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- VELHO, Gilberto. Individualismo e Cultura: Notas para uma antropologia da sociedade contemporânea. Rio de Janeiro: Editora Jorde Zahar, p. 121-132, 1999.
- VELHO, Gilberto. Projeto e Metormofose: antropologia das Cidades Complexas. 2ª. Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.